

AS REFORMAS POLÍTICAS DAS «PETROMONARQUIAS» DO GOLFO*

Catarina Mendes Leal

O propósito do presente artigo é o de analisar de que forma se estão a desenvolver as reformas políticas nas pequenas monarquias do petróleo, nomeadamente no Barém, no Catar, nos Emirados Árabes Unidos (EAU), no Kuwait e em Omã.

As cinco monarquias que vão ser analisadas neste trabalho situam-se num vasto quadrilátero, cercado pelo mar Vermelho, pelo mar de Omã e pelo golfo Árabe-Pérsico. Apesar de terem alcançado a sua independência recentemente, os cinco estados em análise existem há séculos, tendo sido protectorados britânicos desde o século XIX até 1971.

Com povos maioritariamente árabes, todos foram islamizados no século VII. No Barém e no Catar a corrente predominante é a xiita, nos EAU e no Kuwait é a sunita, e em Omã predomina a ibadista. Os regimes políticos dos países da região – monarquias absolutas, hereditárias e islâmicas – apenas têm o seu fundamento e legitimidade exclusivamente através do Islão.

Até à descoberta dos poços de petróleo e em menor escala de gás, em meados do século XX, todos estes microestados tinham os seus rendimentos no cultivo de pérolas. Com a descoberta do petróleo e as receitas das suas exportações houve, por parte dos governantes, a preocupação de investir as receitas na construção de infra-estruturas, na educação e na saúde. Estes países deixaram de ser pobres para se tornarem estados com rendimentos *per capita* bastante elevados. Todavia, são países dependentes do petróleo e em menor grau do gás. Daí se assistir à tentativa de alguns destes microestados diversificarem as suas economias.

Em contraste com toda esta riqueza, a região tem crescentes dificuldades hídricas, apesar de ser atravessada por vários rios – Tigre e Eufrates, Jordão e Nahr-al-Litani ou Leontes. Em vinte anos, as necessidades e o consumo de água aumentaram em grande escala, continuando o aprovisionamento a ser limitado.

Graças ao «maná dos petrodólares», os países do Golfo puderam recorrer à dessalinização para obter água potável em grande quantidade, atingindo quase os 100 por cento no Kuwait. É, sem qualquer dúvida, devido às suas abundantes reservas petrolíferas e ao papel que este produto assumiu nas sociedades contemporâneas, que esta região acabou por

atrair, recentemente, muitos imigrantes (sobretudo asiáticos), contribuindo para o aumento demográfico das petromonarquias. Por exemplo, o Catar e os EAU viram as suas populações mais do que duplicadas com a imigração.

Em relação à conflitualidade no golfo Pérsico, esta não reside apenas no petróleo, mas também:

- nas disputas interestatais pela liderança regional entre ditaduras;
- em velhas disputas territoriais resultantes das fronteiras herdadas da descolonização ou dos mandatos da Sociedade das Nações;
- nas lutas religiosas entre tendências antagónicas no interior do islamismo, com expressões radicais fundamentalistas, em especial entre sunitas e xiitas;
- na questão curda, que é transversal a vários estados desta área;
- no conflito israelo-árabe com reflexos nesta área;
- na proliferação de armas de destruição maciça, com estados suspeitos de terem em curso programas de desenvolvimento deste tipo de armas.

Neste virar de século, a guerra no Iraque de 2003 terá provavelmente introduzido um novo factor de conflitualidade no golfo Pérsico, com a ocupação militar estrangeira a exacerbar os sentimentos anti-ocidentais das populações.

VECTORES EXÓGENOS E ENDÓGENOS MOBILIZADORES DAS REFORMAS

É neste contexto geográfico, religioso, económico, político e de disputas de influência regional que se começaram a verificar alterações políticas na Península Arábica. Estas mudanças têm sido lentas e quando acontecem são o resultado de pressões incontrolláveis,

AS MUDANÇAS TÊM SIDO LENTAS E QUANDO ACONTECEM SÃO O RESULTADO DE PRESSÕES INCONTROLÁVEIS, SENDO INTRODUZIDAS DE CIMA PARA BAIXO, OU SEJA, PELOS PRÓPRIOS GOVERNANTES.

sendo introduzidas de cima para baixo, ou seja, pelos próprios governantes. Segundo um autor como Robert Stookey, a Península Arábica não é uma zona uniforme, nem uma região indiferenciada, mas sim complexa, polvilhada com armadilhas explosivas para *policy-makers* inexper-

rientes provenientes do exterior. Cada um destes países decide de acordo com o que considera melhor para os seus interesses, estabelece os seus objectivos nacionais e coopera com os outros apenas quando é do seu interesse. Assim, qualquer tentativa no sentido de impor uma liderança externa tem de ser desenvolvida com extremo cuidado.

Paralelamente, após os ataques de 11 de Setembro de 2001, os EUA traçaram e adoptaram para o Médio Oriente uma nova estratégia, a qual, juntamente com a Guerra do Iraque, aumentou as tensões entre Washington e os sauditas (até então os interlocutores privilegiados dos EUA naquela região). De repente, a Administração Bush tomou consciência da importância da democracia como um meio para trazer segurança e estabilidade a esta área. Segundo Anoushiravan Ehteshami¹, foi na passagem dos anos 80 para os 90 que surgiram, por parte da maioria dos líderes do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG),

os primeiros sinais de necessidade de introduzirem reformas, quer a nível social quer a nível político. Com efeito:

- As alterações pós-1989 e a emergência de uma nova ordem internacional, em 1991, conduziram as monarquias do petróleo a ajustarem-se à «nova onda democrática» oriunda da Europa. Subitamente, a vaga de mudanças registada na Europa de Leste «contaminou» os cidadãos árabes – desde o Magrebe à Península Arábica. Daí a razão de, em meados dos anos 90, os governos destas monarquias terem respondido através da aceleração do caminho das suas reformas constitucionais e legislativas.
- A ocupação do Kuwait, em 1991, e os esforços que se lhe seguiram para o libertar, obrigaram, dez anos após a revolução do Irão, e o facto de o passo dado por Saddam Hussein ter chocado as elites do CCG, as petromonarquias a aceitarem os riscos inerentes à mudança.
- Ao mesmo tempo que ocorria o perigo da «radioactividade política», em consequência da crise do Kuwait, emergiu a crise fiscal do Estado nas economias do CCG baseadas no petróleo. Assim, finanças nacionais fracas combinadas com pesados custos decorrentes desta crise, limitaram a capacidade destes estados para satisfazerem os seus «contratos sociais» e protegerem as suas populações dos custos do desenvolvimento nacional, como tinham feito até então. Começou a verificar-se um descontentamento crescente, que deu lugar a perguntas sobre a não participação e a falta de consulta à população nos assuntos de Estado. A rapidez das alterações económicas e sociais começou a ameaçar o monopólio do poder por parte das famílias reais.
- A Guerra do Golfo levantou o problema da imigração. Com o aumento dos seus rendimentos, os estados petrolíferos fizeram um largo apelo à mão-de-obra estrangeira. Se a maior parte dos imigrados são provenientes do subcontinente indiano, outros são árabes, não dispendo de praticamente nenhuns direitos políticos.
- O impacto inevitável da globalização e dos sistemas de comunicação e consequentemente a presença dos novos *media* (televisão por satélite, Internet e telefone celular) permitiram a transmissão de ideias e de informação para a sociedade, através de canais não directamente controlados pelo Estado.
- Paradoxalmente, a revolução do Irão, que havia implantado uma teocracia populista, tinha também começado a realizar debates públicos abertos e a colocar ao dispor da população programas pluralistas que mais lembravam uma democracia. Longe de exportar a sua revolução islâmica, Teerão estava a liderar crescentemente reformas na arena política. Subitamente, a influência das reformas adoptadas no Irão transformou-se numa ameaça para os estados do CCG.

As elites do CCG tiveram a perfeita noção de que uma abertura – mesmo que lenta – do sistema político não só poderia aumentar a legitimidade dos governantes, como também reforçar a posição das famílias reinantes dentro da sociedade. Com efeito, ao longo dos anos 90, em todos os estados do CCG as famílias reinantes tentaram apro-

fundar o seu compromisso através do alargamento da base política e do estabelecimento ou refinamento de mecanismos do Estado de participação e representatividade. Em algumas instâncias, as elites optaram por reformar os modos de participação tradicionais em vez de criarem novas estruturas representativas; outras optaram por introduzir novas estruturas e formas bastante radicais de sistemas de participação.

Há que sublinhar o facto de que os países da Península Arábica não serem mais do que um grupo de famílias feudais que percorreram um longo caminho até alcançarem o estatuto

OS PAÍSES DA PENÍNSULA ARÁBICA NÃO SÃO MAIS DO QUE UM GRUPO DE FAMÍLIAS FEUDAIS QUE PERCORRERAM UM LONGO CAMINHO ATÉ ALCANÇAREM O ESTATUTO DE ESTADOS INDEPENDENTES.

de estados independentes. Portanto, tradicionalmente, os termos de referência de «governança» nas monarquias do golfo Árabe têm sido determinados pelas famílias que governam, que assim vão perpetuando o seu poder. Até há pouco tempo, «boa governança» significou pouco mais do que

uma gestão prudente dos assuntos de Estado. Mas a verdade é que estas pequenas monarquias ainda estão longe de preencher os indicadores universalmente aceites de «boa governança», apesar de já se verificarem alguns progressos².

Os simpatizantes das «petromonarquias» defendem que a maior parte dos países conservadores do golfo Pérsico só recentemente se encaixaram no sistema internacional. Com uma fraca demografia e fracas bases institucionais, são ainda principiantes no jogo político internacional – daí deverem ser «deixados em paz» de modo a encontrarem os seus próprios modelos de desenvolvimento político.

O contexto destas monarquias é claro: elas são separadas do seu domínio socioeconómico pelo rendimento virtual. Assim, conseguiram obter uma certa autonomia em relação à sociedade, o que lhes permitiu perseguir os objectivos nacionais sem a prestação de contas cada vez mais característica das democracias pluralistas do Ocidente.

O rendimento obtido por estas monarquias acabou por ter um efeito no mínimo ambivalente. A ausência da aplicação de impostos à sociedade faz com que esta não seja tão exigente em termos de participação política. Assistiu-se, por um lado, à emergência de uma classe média totalmente dependente do Estado; por outro, à criação de condições para a constituição de poderosas máquinas estatais e burocráticas que orquestraram o desenvolvimento destes estados.

Assim, entende-se o porquê da relutância por parte destes países em enveredarem por um processo de democratização.

Provavelmente, a emergência de uma crise fiscal poderá inverter esta tendência. Não obstante, há que ressaltar que a ligação entre uma crise fiscal e uma reforma económica nas monarquias do petróleo é um domínio ainda a explorar.

Em suma, os rendimentos do petróleo permitiram às elites concentrarem-se no desenvolvimento económico dos países, ignorando e «abafando» as aspirações políticas das

suas populações. Todavia, tendências mais recentes estão a condicionar as atitudes dos governantes das «micropetromonarquias», registando-se a adopção de reformas, mais acentuadas em algumas áreas do que em outras, conforme será exposto de seguida.

BARÉM

O Barém, cujo nome significa «dois mares», atraiu, devido à sua posição estratégica no golfo Pérsico, vários povos que trouxeram as respectivas civilizações e culturas (a assíria, a babilónia, a grega e a árabe).

Foi sob a égide árabe que a ilha se tornou islâmica. Apesar de os sunitas dominarem o governo, as forças militares e de segurança³, a maior parte da população é xiita.

Em 1971, o Barém tornou-se um emirado independente, sob a liderança do emir Sheikh Isa bin Sulman. Com a saída do Reino Unido, em 1971, o Barém aproximou-se dos EUA assinando um tratado, pelo qual concedeu aos EUA importantes facilidades navais e militares⁴.

Um ano mais tarde tiveram lugar as eleições para a Assembleia Constituinte, nas quais apenas homens com idade superior a 20 anos puderam participar. Em Dezembro de 1973, a Constituição entrou em vigor e realizaram-se as eleições para a Assembleia Nacional. Todavia, em Agosto de 1976, a Assembleia Nacional foi dissolvida pelo emir, o qual passou a governar por decreto.

As principais transformações no Barém tornaram-se evidentes a partir dos anos 90, quando em 1993 foi criado o Conselho Consultivo. No entanto, em termos de importância e de papel nacional este novo Conselho era apenas uma sombra da Assembleia Nacional eleita, a qual fora dissolvida. Este foi o primeiro passo no sentido de introduzir um esquema de reformas que começaram a ser públicas a partir de 2001. Esta atitude foi fundamental, tendo em conta as tensões políticas que o Barém viveu na década de 90, quer a nível da liderança, quer nas ruas. Os violentos protestos contra a estrutura governamental e as violações dos direitos humanos reflectiram-se numa luta pelo poder entre o príncipe herdeiro, Hamad Bin-Isa Al-Khalifah, e o seu tio, Sheikh Khalifa.

A transferência de poder teve lugar em 1999, aquando da morte do emir Isa bin Salmane al-Kalifa, pondo fim a um reinado de quarenta anos. Sucedeu-lhe o seu filho mais velho Emir Hamad Bin-Isa Al-Khalifah.

Desde que assumiu o poder, o rei Hamad Bin-Isa Al-Khalifah tem tentado tornar a sociedade do Barém mais democrática e aberta, assegurando a continuidade da política pró-ocidental.

No virar do século, o emir Hamad Bin-Isa Al-Khalifah libertou várias centenas de opositores políticos. O anúncio de reformas políticas, não obstante a sua lentidão, foi bem recebido. A acalmia política e a retoma da economia funcionaram de forma bastante positiva no Barém, tendo este conseguido atrair o regresso de investidores estrangeiros.

Em 2001, o país realizou um referendo, passando de emirado (o qual funcionava como uma monarquia absoluta islâmica) a reino (começando a funcionar como uma monarquia constitucional) – e assim assistiu-se ao regresso da Constituição⁵, com um Parlamento eleito e um poder judicial independente. O emir Hamad Bin-Isa Al-Khalifah foi decretado rei a 14 de Fevereiro de 2002. O chefe de Governo é, desde de 1971, o seu tio Khalifa bin Salman Ali Khalifa. O príncipe herdeiro, Sheikh Salman bin Hamad bin Isa Al-Khalifa, é o comandante das Forças de Defesa do Barém. Estas três figuras governam o Barém com o apoio do Conselho de Ministros.

Em Maio de 2002, o Barém realizou as suas primeiras eleições ao fim de trinta anos, nas quais as mulheres puderam candidatar-se⁶ e votar. Este facto é olhado com grande atenção pelas monarquias vizinhas, bem como pelos EUA e pelo Reino Unido, que têm bases militares no país. Estas eleições foram municipais e a vitória coube aos candidatos islâmicos conservadores. Em Outubro do mesmo ano, tiveram lugar as eleições parlamentares, ganhando os sunitas⁷. O Governo do Barém também permitiu o estabelecimento de «associações políticas»; contudo, não autorizou partidos políticos. O emir declarou que o corpo legislativo do Governo iria ter duas câmaras – uma eleita directamente por sufrágio universal, contando com a participação de homens e mulheres; enquanto a outra seria constituída através de nomeações.

A taxa de participação destas eleições foi de 50 por cento, reflectindo, por um lado, a falta de apoio à política real, e, por outro, a vontade de uma parte da oposição em participar no escrutínio. Paralelamente, visando a reconciliação nacional e o restabelecimento de um Estado de direito, o Governo atribuiu a nacionalidade baremita a todos os «bidoon» (10 mil apátridas, na sua maioria iranianos, que viviam no Barém há algumas gerações).

Apesar de ter eliminado duas fontes de tensão interna recorrentes – a questão parlamentar e a questão da naturalização –, o regime dos Al Khalifa é confrontado com desordens internas.

AS REFORMAS TÊM SIDO APLICADAS EM VÁRIOS SECTORES DA VIDA DOS BAREMITAS E TÊM SIDO EXECUTADAS A PARTIR DO TOPO, O QUE NESTE CASO TORNOU O EMIR NUM «AGENTE REVOLUCIONÁRIO».

A nível das relações externas, o rei Hamad Bin-Isa Al-Khalifah, cujo reino beneficia desde 2003 de uma cobertura antiaérea fornecida pelos norte-americanos (*Patriot*), confirma a opção de se manter sob a égide norte-americana⁸. As perspectivas do esta-

belecimento de uma zona de livre comércio entre o Barém e os EUA (através da concretização do projecto de livre trocas entre os EUA e o Médio Oriente) anunciada a 9 de Abril de 2003 por George Bush, são promissoras para o reino.

É possível afirmar que o caminho do Barém em direcção a reformas políticas tem sido de alguma forma estável e firme. Com efeito, as reformas têm, sem dúvida, sido aplicadas em vários sectores da vida dos baremitas e têm sido executadas a partir do topo, o que neste caso tornou o emir num «agente revolucionário».

CATAR

O Catar tornou-se independente a 3 de Setembro de 1971. Ao contrário dos seus vizinhos, recusou fazer parte da Arábia Saudita ou dos Emirados Árabes Unidos.

Há mais de cento e cinquenta anos que o Catar é dominado pela família Al Thani. A natureza do seu regime corresponde a uma monarquia constitucional, cujo Chefe de Estado se designa emir. Com efeito, a Lei Básica do Catar data de 1970, tendo institucionalizado os costumes locais enraizados na conservadora herança Wahhabi, a qual outorga ao emir um poder proeminente. O papel do emir é influenciado pelas tradições de consultas contínuas, governando através de consenso e pelo direito dos cidadãos apelarem pessoalmente ao emir. Apesar de o emir não ter de prestar contas a ninguém, não pode violar a Sharia (Lei Islâmica) e, na prática, é obrigado a ouvir as opiniões dos líderes mais notáveis e das principais figuras religiosas. Neste sentido, estas figuras formam um Conselho Consultivo⁹, o qual assiste o emir na formulação da política.

O sufrágio é limitado às eleições municipais, abrangendo homens e mulheres com mais de 18 anos e em que os residentes expatriados não podem exercer o direito de voto. O Conselho Municipal eleito não dispõe de poderes executivos, mas pode aconselhar. Politicamente, o Catar está a evoluir de uma sociedade tradicional para um moderno Estado de bem-estar, tendo sido criados departamentos governamentais para o progresso económico e social.

O afluxo de árabes expatriados a este território permitiu a introdução de ideias sobre a questão dos dogmas da tradicional sociedade catarense; todavia, nunca constituiu uma séria ameaça à governação da família Al Thani.

Em 1995, o príncipe herdeiro depôs o seu pai, tornando-se no novo emir. Desde então, tem posto em prática várias reformas liberais, que se traduziram numa grande abertura política: anunciou a intenção de o Catar trilhar o caminho da democracia, permitiu uma imprensa livre e aberta, aprovou o estabelecimento do canal televisivo Al-Jazeera (fundado em 1996) e anunciou a realização de eleições municipais como um meio precursor para as eleições parlamentares, a realizar em 2005.

Em 1999 tiveram lugar as primeiras eleições do país – eleições municipais em que foram eleitos vinte e nove membros. O Catar tornou-se, assim, na primeira monarquia árabe do Golfo a conceder o direito de voto aos cidadãos com mais de 18 anos, incluindo as mulheres¹⁰. A afluência a estas eleições foi bastante elevada, tendo participado 80 por cento dos catarenses.

A partir de 2000 começaram a preparar-se os mecanismos que permitiram a introdução de uma democracia parlamentar e a criação de uma nova Constituição. Esta Constituição já foi publicada e aceite mediante sufrágio público¹¹, realizado em 2003. Apesar do apoio oficial, o emir ainda não o aprovou, estando prevista a sua entrada em vigor para 2005. O *draft* da Constituição prevê a criação de um Conselho Consultivo, composto por quarenta e cinco membros – dos quais dois terços serão eleitos e os restantes indicados pelo

emir. Obviamente, este continuará a exercer o poder determinante. Este Conselho terá a responsabilidade de aconselhar o emir e disporá de alguns poderes legislativos. A Constituição inclui o direito de as mulheres votarem e serem eleitas, a declaração sobre os respeitos fundamentais pelos direitos humanos, a atribuição de direitos políticos aos residentes que não têm a nacionalidade catarense, a liberdade de associação e de culto, e a independência do poder judicial.

O Catar está a aumentar a participação da população nos assuntos públicos. A promoção das mulheres revela a vontade pessoal do emir e da sua mulher, Sheikha Mawzeh, a qual tem desempenhado um papel discreto mas efectivo. Também a promoção de Sheikha Hissa Bint Khalifa ao cargo de ministra e, mais tarde, a nomeação, em Maio de 2003, pela primeira vez na história de um país do CCG, de uma ministra feminina – Sheikha bint Ahmed al-Mahmoud – no Governo, confirma o avanço social do estatuto da mulher no país.

Paralelamente, foi criado um Comité para os Direitos Humanos, procedeu-se à modificação dos programas de educação nacional a favor de uma maior abertura às outras culturas.

«O calcanhar de Aquiles» do Catar são os trabalhadores imigrantes, os quais representam dois terços da população, não dispõem de nenhum direito sindical ou político e beneficiam de poucos direitos sociais.

Em 21 de Maio do corrente ano, o emir Hamad bin Khalifa al-Thani anunciou uma nova legislação laboral. Esta legislação é, sem dúvida, a mais avançada do mundo árabe. Com efeito, ela abarca vários pontos, entre os quais: protecção dos direitos de todos os trabalhadores, incluindo estrangeiros; igualdade entre homens e mulheres; garantia legal do tempo de trabalho e de férias; liberdade e independência sindical. Este progresso inscreve-se num esforço global para melhorar a imagem do emirado.

Em termos de relações externas, a partir de 1995 o novo emir passou a conduzir a política externa catarense de forma bastante versátil. Assim, conseguiu aproximar-se de Israel, sem cortar relações nem com o Irão nem com o Iraque.

Ainda em 1999, o Catar desenvolveu uma política de acordos bilaterais com o Japão (gás natural), a Turquia (sector da energia), com o Paquistão (promoção de investimento e abolição da dupla tributação) e com a Índia (áreas das telecomunicações, tecnologias da informação, agricultura, educação e cultura).

Em Dezembro de 2002 foi estabelecido um acordo que regula a presença militar americana no Catar. Este acordo completa os já assinados entre os dois países depois da Guerra do Golfo, em 1991. Assim, os EUA equiparam a base militar d'Al-Udeid¹², próxima de Doha, tornando-a na nova sede de Comando Central das tropas americanas na região, substituindo a base d'Al-Kharj na Arábia Saudita.

Assim, o país tem, desde há pouco tempo, a base do Estado-Maior Americano – CETCOM – responsável pelas operações de guerra no Iraque, tendo-se tornado numa monarquia do Golfo alinhada com Washington.

A aproximação estratégica do Catar aos EUA não foi uma escolha do «coração», mas sim da «razão». O Catar é um país rico, pequeno e fraco. Acima de tudo, está localizado perto de um triângulo extremamente perigoso, constituído pela Arábia Saudita, Irão e Iraque. No caso do Catar ser alvo de um míssil, as consequências imediatas para a sua economia e para os investimentos seriam fatais.

A presença americana não se limita apenas aos aspectos militares e estratégicos. Ela traz também responsáveis políticos, homens de negócios, universitários e consultores.

Paralelamente, o emir Hamad Al-Thani não deseja cingir o Catar à estratégia norte-americana, vendo a aliança Catar-França como um contrapeso necessário.

Em suma, com uma população de 700 mil habitantes, o Catar tornou-se num Estado que poderá servir de modelo social para as restantes monarquias do Golfo.

COM UMA POPULAÇÃO DE 700 MIL HABITANTES,
O CATAR TORNOU-SE NUM ESTADO
QUE PODERÁ SERVIR DE MODELO SOCIAL
PARA AS RESTANTES MONARQUIAS DO GOLFO.

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Os Emirados Árabes Unidos são o resultado da junção de grupos tribais organizados em estados, sob a égide de xeques. Situam-se na Península Arábica, ao longo da costa sul do golfo Pérsico e do Nordeste da costa do golfo de Omã.

A 1 de Dezembro de 1971, os «Estados de Trégua» tornaram-se independentes; no dia seguinte, seis deles formaram uma união designada Emirados Árabes Unidos. O sétimo Estado – Ras al-Khaimi – juntou-se-lhes no início de 1972. Em termos administrativos, os EAU formaram uma federação livre de sete emirados, em que cada um tem o seu próprio governador. Cada um dos sete emirados é governado por uma monarquia absoluta.

Em 1971, foi adoptada a Constituição provisória, que ainda hoje vigora. A Constituição estabelece e prevê um Presidente (Chefe de Estado) e um Vice-Presidente, cada um com mandatos de cinco anos; um Conselho de Ministros, liderado pelo primeiro-ministro; um Conselho Supremo de Governadores; um Conselho Nacional Federal (constituído por quarenta membros), o qual funciona como um corpo consultivo, cujos membros são nomeados pelos governadores dos sete emirados. Prevê também que cada emirado detenha importantes poderes, incluindo o controlo sobre os direitos minerais (por exemplo, sobre o petróleo) e respectivas receitas.

Desde a fundação dos EAU até 2 de Novembro de 2004, o Presidente foi o xeque Zayed bin Sultan Al Nahayan¹³. O xeque introduziu pouco a pouco os valores da tolerância religiosa e da igualdade, especialmente para as mulheres, nas suas políticas, as quais permitiram aos EAU viverem numa certa estabilidade.

A relativa influência política e financeira de cada emirado reflecte-se na distribuição de posições no governo federal. O governador de Abu Dhabi, cujo emirado é o maior produtor de petróleo da federação, é o Presidente dos EAU. O governador do Dubai, o qual

constitui o centro comercial mais importante e é também um significativo produtor de petróleo, acumula as funções de Vice-Presidente e de primeiro-ministro.

Desde a sua independência, os EAU têm procurado aprofundar as suas instituições federais. Não obstante, cada emirado mantém uma autonomia significativa, e o progresso em direcção a uma integração federal mais profunda tem abrandado nos últimos anos. Um conceito fundamental no governo dos EAU para o seu desenvolvimento como sistema federal radica no facto de uma percentagem significativa das receitas obtidas em cada emirado ter de ser entregue para o orçamento central dos EAU.

Os EAU não têm partidos políticos, e apesar de se falar em avançar para o estabelecimento de um governo democrático, ainda não foi feito nada em concreto, nem se tem verificado uma grande pressão nesse sentido. Os governadores mantêm o poder com base na sua posição dinástica e a sua legitimidade funda-se num sistema de consenso «tribal». Para a maior parte da população, a vida é relativamente confortável: existe o *welfare-system*, que permite a não aplicação de impostos e a partilha dos lucros petrolíferos com os cidadãos. Actualmente, com a morte do Presidente da Federação em Novembro de 2004, e a nomeação, no dia seguinte, como novo Presidente, do príncipe herdeiro, Khalifa ben Zayed Al-Nahyane, vive-se um período de transição nos EAU. Todavia, desde há algum tempo, perante a fragilidade da saúde do Presidente Xequé Zayed bin Sultan Al Nahayan, os Al Nahyan começaram a exteriorizar e a consolidar a sua posição na comunidade internacional, como um meio de evitar as implicações deste momento de transição sobre o poder federal. Assim, Abu Dhabi continua a contribuir com as suas forças armadas e com a sua política humanitária para se posicionar em termos regionais (Iraque: assistência médica; Líbano: exploração de minérios...; ajuda aos territórios palestinianos) e internacionais (ex-Jugoslávia: forças de interposição na Bósnia; participação mais activa, a nível militar e humanitário, no apoio ao Kosovo). A Federação continua a estar ao lado dos EUA, não lhes tendo fechado as suas instalações militares aquando da intervenção no Iraque, com o objectivo de manter o equilíbrio a nível das relações internacionais. Não obstante, segundo alguns jornais da Federação, os EAU vêem a intervenção norte-americana em Bagdade como uma forma de os EUA estarem a representar Israel e a defenderem políticas pró-sionistas para o Médio Oriente.

O princípio da diversificação das fontes de aprovisionamento de armas, defendido abertamente pelo actual Presidente, ilustra bem o apego dos dirigentes de Abu Dhabi à manutenção de relações equilibradas com os principais parceiros internacionais.

Esta vontade de se exteriorizar e a incerteza em torno da questão da sucessão em Abu Dhabi, não impediram os emirados de reformar as suas instituições estatais, como, por exemplo, o Conselho Nacional. Este Conselho, criado pouco tempo após a independência, tem tido um papel activo na evolução dos EAU como um Estado integrado, mas nunca actuou como um veículo para a expansão da base política do país, tendo permanecido sempre como uma organização técnica. As suas reuniões recomeçaram em 1993, dois anos após a crise do Kuwait. Os seus membros foram sendo cada vez mais tecno-

cratas e jovens, mas o seu número é o mesmo e a sua agenda não mudou em termos substanciais. Em Fevereiro de 2003 a sua recomposição anunciou o retorno à vida parlamentar nos EAU (um ano depois do fim do mandato do Conselho cessante). Actualmente, o papel do Conselho limita-se à discussão de projectos de lei propostos pelo Governo sobre questões que interessam aos EAU e à tomada de posições sobre as evoluções políticas no mundo. Os membros do novo Conselho acham que devem pedir o alargamento do seu papel de forma a poderem corresponder de forma adequada às exigências das evoluções locais, regionais e internacionais. Os mais ambiciosos desejam ser dotados de prerrogativas que lhes permitam pedir contas ao Governo e propor projectos de lei que cubram os diversos aspectos políticos, económicos e sociais.

Aparentemente, existe pouca actividade política a nível federal, com excepção de algumas alterações pouco perceptíveis – um Governo maior remodelado em 1997. No entanto, a nível micro existem sinais de reformas. Num movimento sem precedentes, cinco mulheres foram nomeadas consultoras do governador Sharjah Xequé Sultan Bin-Muhammad al-Qasimi. As mulheres trabalham no próprio Conselho Consultivo do emirado, o qual foi estabelecido em 1999.

Apesar de os EAU serem considerados um dos países do Golfo mais liberais, tolerando outras culturas e crenças, a verdade é que, aos olhos ocidentais, o seu regime permanece conservador.

Na realidade, nos EAU não se assistiu ao processo de reformas a partir dos finais do século XX, como se verificou nas restantes «petromonarquias». Isto não significa que não se vão introduzindo algumas transformações; simplesmente, estas são de pequeno alcance e bastante mitigadas. Com efeito, os EAU são os únicos, no contexto das «petromonarquias», em que as suas actividades políticas tomam forma mais local do que nacional. Os membros da Federação estão tão ligados entre si que existe pouco espaço para que cada um possa introduzir novas estruturas políticas. Daí que não se vislumbrem grandes alterações (tanto mais que, como já foi dito, as reformas têm tido um carácter meramente local).

No seio da Federação, Abu Dhabi reafirma a sua proeminência. O caminho mediante o qual o governo local de cada emirado evolui, no sentido de se tornar mais moderno, é estipulado pelo respectivo governador.

KUWAIT

A história moderna do Kuwait começa em 1710, quando os vários clãs de Anaiza fundaram o Quarain. O Estado do Kuwait é um pequeno país rico em petróleo, situado no topo do Golfo, flanqueado por grandes e poderosos vizinhos – a Arábia Saudita, a Sul; o Iraque, a Norte; e o Irão a Leste.

NOS EAU NÃO SE ASSISTIU AO PROCESSO DE REFORMAS A PARTIR DOS FINAIS DO SÉCULO XX, COMO SE VERIFICOU NAS RESTANTES «PETROMONARQUIAS».

O Kuwait é uma monarquia constitucional liderada pela família al-Sabah desde o século XVIII. Com a independência, em 1961, o xeque adquiriu o título de emir. O Kuwait tornou-se membro da Liga Árabe. Em 1962 foi adoptada a Constituição, estabelecendo a organização do país segundo uma monarquia parlamentar (de estilo europeu).

Sob a égide do emir Sabah al-Salim Al Sabah, que faleceu em 1977, após doze anos de reinado, e sob a égide do seu sucessor, o emir Jabir al-Ahmad al-Jabir al-Sabah (o actual emir), o Kuwait viveu uma época de prosperidade sem precedentes. O país transformou-se num Estado de bem-estar muito desenvolvido, com uma economia de mercado aberta.

Em termos políticos, é o emir que nomeia o primeiro-ministro, o qual até Julho de 2003 foi o príncipe herdeiro. O primeiro-ministro é coadjuvado por um Conselho de Ministros (que funciona como um governo e cujos membros são escolhidos pelo emir). O Parlamento – a Majlis al-Umma – é unicameral, formado por cinquenta membros, eleitos de quatro em quatro anos, por voto popular (adultos masculinos letrados e naturais do Kuwait). Como a cidadania kuwaitiana é muito restringida, apenas 10 por cento da população pode exercer o direito de votar e de ser eleita. Com efeito, apenas homens letrados, com mais de 21 anos, podem exercer os seus direitos políticos. Para evitar a politização de alguns grupos ligados ao Governo, nem juízes, nem membros de certos serviços (polícia, exército) podem votar. Em relação a estrangeiros, apenas adultos do sexo masculino naturalizados há trinta anos ou que tenham residido no Kuwait desde 1920, bem como os seus descendentes masculinos com mais de 21 anos, dispõem destes direitos.

Não existem partidos políticos no Kuwait, apesar de existirem grandes grupos políticos que acabam por funcionar como partidos políticos. Embora o emir detenha a palavra final em relação à maior parte das políticas, o Parlamento tem um papel importante no processo de *decision-making*, dispondo do poder de iniciativa legislativa, podendo questionar os ministros e manifestar a falta de confiança em relação a algum ministro em particular.

Durante os sete meses de ocupação pelo Iraque (1990-1991), o emir, o Governo e muitos kuwaitianos refugiaram-se na Arábia Saudita ou em outras nações. O emir e o Governo geriram com sucesso os assuntos do Kuwait a partir da Arábia Saudita, de Inglaterra e de outros países, apoiando-se em substanciais investimentos kuwaitianos, disponíveis fora do Kuwait, para as despesas relativas à guerra. Após a libertação do Kuwait, em 1991, o regresso do emir e do Governo realizou-se sem acidentes.

Cumprindo a promessa feita durante o período da ocupação iraquiana, o emir realizou novas eleições para a Majlis al-Umma, em 1992. Foi o primeiro sinal de abertura política. Três das cinco agremiações partidárias que concorreram possuíam a religião como base fundamental. Assim, duas eram sunitas – a Aliança Islâmica e o Movimento Constitucional Islâmico – e a terceira xiita – a Coligação Nacional Islâmica. Nas eleições, os grupos de oposição islâmica e liberal obtiveram 64 por cento dos cinquenta lugares da

Majlis al-Umma. Foram eleitos treze candidatos liberais, nove islâmicos e dez que se apresentaram como oposicionistas independentes.

Muitos kuwaitianos viram nas eleições um regresso à democracia, tal como o emir havia prometido durante o seu exílio; no entanto, outros questionaram se uma eleição em que apenas 13,6 por cento dos 650 mil habitantes do Kuwait tiveram o direito a voto seria verdadeiramente democrática.

Em Outubro de 1996, cerca de 107 mil homens kuwaitianos – ou seja, um quarto dos cidadãos – foram protagonistas de um acontecimento único pelos padrões do Médio Oriente: a eleição, por sufrágio directo, de um parlamento onde a oposição pode criticar o regime. Entretanto, o Governo do Kuwait saiu reforçado destas eleições.

Em Julho de 1999 tiveram lugar novas eleições. Na sequência destas eleições antecipadas constituiu-se o parlamento mais radical do Kuwait, desde 1989, com vinte lugares para os islamitas, dezasseis para os liberais e catorze para os pró-governamentais.

As tensões entre o Governo e o Parlamento são comuns no Kuwait, contando com uma participação activa da população e dos *media*, os quais participam em debates que têm lugar devido à abertura política do

AS TENSÕES ENTRE O GOVERNO E O PARLAMENTO SÃO COMUNS NO KUWAIT, CONTANDO COM UMA PARTICIPAÇÃO ACTIVA DA POPULAÇÃO E DOS *MEDIA*.

país. Após as eleições de 1999, surgiu um equilíbrio entre as forças de mudança e as mais conservadoras. Todavia, são várias as áreas que opõem o Governo e o Parlamento: os direitos políticos a atribuir às mulheres, a reforma da liberdade de imprensa, liberdade de associação.

A partir de 2001 assistiu-se a uma luta aberta em relação à questão da sucessão do emir xeque Jabir al-Ahmad al-Jabir al-Sabah (com 75 anos e doente) entre o príncipe herdeiro e primeiro-ministro xeque Saad Abdullah Al-Salim Al-Sabah (71 anos, cansado e muitas vezes ausente do país). O ministro dos Negócios Estrangeiros, Sabah al-Ahmed (de 72 anos e com saúde precária) e o ministro da Defesa, Salem al-Sabah (61 anos, igualmente doente). Esta luta penalizou o Governo que se demitiu a 29 de Janeiro de 2001. No novo Conselho de Ministros, a família reinante (sete representantes) manteve a liderança dos ministérios de soberania. Para agradar à Majlis al-Umma, a maior parte das restantes nove pastas foi entregue a deputados.

Em 2002, os problemas de saúde do emir, do primeiro-ministro e do ministro dos Negócios Estrangeiros conduziram a um imobilismo político. A Majlis al-Umma continuou a opor-se ao programa governamental de reformas (reforma do Estado de bem-estar, e incentivo ao investimento privado, luta contra o desemprego), nomeadamente, à abertura do sector petrolífero (*Kuwait project*). O tratamento dos assuntos-chave, tais como o voto das mulheres, foi adiado para a nova legislatura.

As últimas eleições legislativas tiveram lugar a 5 de Julho de 2003. Os candidatos islamitas e os pró-governamentais saíram-se bem. Os derrotados foram os liberais pró-ocidentais.

A redução de tensões externas imediatas permitiu aos kuwaitianos procederem a uma introspecção, necessária para acompanhar as reformas sociais e políticas, com as quais tanto ambicionam. Esta introspecção prepara a abertura de *dossiers* internos mais problemáticos, nomeadamente a questão da reforma do sistema político e a progressiva democratização da sociedade.

Após as eleições para a Majlis al-Umma, surgiu o momento para abordar a questão da sucessão e a reorganização dos poderes da família dos Al-Sabah.

Na sequência do pedido público por parte do Presidente do Parlamento, Jassem al-Khurafi, o emir nomeou o xeque Sabah al-Ahmad al-Sabah (ministro dos Negócios Estrangeiros) primeiro-ministro, separando o posto do papel de herdeiro do trono pela primeira vez, desde a independência. Não obstante, o novo primeiro-ministro tem 74 anos (a mesma do príncipe herdeiro), não oferecendo uma alternativa de longo prazo à sucessão do actual emir e do príncipe herdeiro.

Assim, o Kuwait arrisca-se, num futuro próximo, a viver um vazio de poder, numa altura em que a população reivindica reformas fundamentais para o sistema político. Os parceiros estrangeiros do Kuwait, sobretudo os EUA e a Arábia Saudita, vêem a questão da sucessão com alguma inquietude, podendo inclusive vir a intervir na reorganização dos assuntos palacianos. Para evitar semelhante situação, o emirado está a dimensionar-se para uma *governança* que vá mais ao encontro das aspirações dos kuwaitianos. Daí a nomeação para o cargo de primeiro-ministro do xeque Sabah al-Ahmad al-Sabah.

Em relação à questão do papel político das mulheres kuwaitianas, o Parlamento kuwaitiano concordou em acelerar os procedimentos para aprovar uma lei que garanta às mulheres os mesmos direitos políticos dos homens. Apesar de até hoje as mulheres kuwaitianas não poderem votar, o seu papel tem sido activo na área política. A 6 de Março de 2005, a Majlis al-Umma foi palco de uma manifestação das mulheres que reivindicaram que o projecto dos seus direitos políticos fosse aprovado. Todavia, é necessário vencer a forte objecção por parte do Bloco Islâmico.

O Islão não proíbe os direitos políticos às mulheres, não existe nenhum aspecto na Constituição do Kuwait que limite o direito de votar e de elegibilidade. Foi em 1963 que a Majlis al-Umma aprovou uma lei eleitoral proibindo a participação das mulheres na política. Alguns apoiantes da participação da mulher nesta área alegam que este preceito eleitoral viola a Constituição.

É curioso que, apesar desta restrição, as mulheres representem metade da população e constituam um terço da força de trabalho kuwaitiana. Dispõem de muitos dos direitos dos homens – podem vestir-se livremente, são activas em algumas áreas da sociedade e podem viajar sozinhas quando querem.

Após ter sido um aliado do Iraque durante a Guerra Irão-Iraque, o Kuwait foi invadido e anexado pelo Iraque, em Agosto de 1990. A monarquia foi deposta e foi instalado um governador iraquiano. Uma coligação de trinta e quatro países liderada pelos EUA foi

autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU a lutar pela libertação do Kuwait e pela reinstalação do emir, o que acabou por acontecer em 1991.

Em 2000-2001, a *Intifada al-Aqsa* (a nova sublevação palestina desencadeada em 28 de Setembro de 2000), conduziu, passados dez anos, às primeiras manifestações antiamericanas no Kuwait.

Depois de Outubro de 2002, um quarto do território, no Norte do emirado, foi reservado para a preparação de 100 mil soldados americanos. O Kuwait, que colocou 40 por cento do seu território como «zona militar» para apoiar a guerra americana contra Bagdade, beneficiou também da solidariedade dos seus parceiros no CCG que colocaram uma força comum como escudo da Península sobre o território. Em Março de 2003, 100 mil soldados convergiram para a fronteira Kuwait-Iraque para a campanha liderada pelos EUA para desarmar o Iraque e depor Saddam Hussein.

O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DEFENDE QUE A PRESENÇA MILITAR
NORTE-AMERICANA NO EMIRADO É, EM PRIMEIRO
LUGAR, UM FACTOR DE ESTABILIDADE INTERNA E,
EM SEGUNDO LUGAR, UM FACTOR DE ESTABILIDADE
PARA A REGIÃO DO GOLFO.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, xeque Mohammad Al-Sabah, defende que a presença militar norte-americana no emirado é, em primeiro lugar, um factor de estabilidade interna e, em segundo lugar, um factor de estabilidade para a região do Golfo. Em relação ao futuro das relações entre o Kuwait e os EUA, o mesmo ministro afirma que Saddam Hussein já foi deposto, acrescentando que se o Kuwait foi parceiro na libertação do povo iraquiano e na consolidação das bases da estabilidade da região, também será parceiro na construção do futuro.

OMÃ

Omã é o Estado independente mais antigo do mundo árabe e um dos mais tradicionais da região do Golfo. Até há pouco tempo foi também um dos mais isolados. A maior parte do país segue a seita Ibadita¹⁴ do Islão – a única expressão que ainda perdura do Karrijism, a qual deu origem a um dos primeiros cismas dentro da religião islâmica.

Em 1970, o sultão Said ibn Taimur foi derrubado pelo seu filho, o sultão Qaboos bin Said Al Said (que se manteve no poder até hoje).

Confrontado com sublevações, num país infestado por doenças endémicas, iliteracia e pobreza iniciou, a partir de então, uma era de expansão económica, permanecendo em paz com todos os países do Médio Oriente. Entre as suas primeiras medidas destacam-se: a abolição de muitas restrições severas impostas pelo seu pai, as quais obrigaram muitos omanenses a abandonar o país; a concessão de uma amnistia aos opositores ao regime do seu pai, o que permitiu o regresso de muitos. Paralelamente, estabeleceu uma estrutura moderna de governo, lançou um ambicioso programa de *upgrade* educacional e facilidades na saúde, construiu uma infra-estrutura moderna e desenvolveu os recursos naturais do país.

Assim, desde 1970, o sultão Qaboos bin Said Al Said tem conseguido balancear os interesses tribais, regionais e étnicos através da forma como compõe a administração nacional. O título de sultão é hereditário e ele governa como um monarca absoluto. Com efeito, o Chefe de Estado e de Governo é o sultão, o qual nomeia um gabinete para o assistir.

Em Novembro de 1996, o sultão Qaboos bin Said Al Said apresentou ao povo um Decreto Real promulgando os «Estatutos Básicos do Estado» – a primeira Constituição escrita para Omã. Este documento garante vários direitos no âmbito da Lei Corânica e dos Costumes. Clarifica a questão da sucessão real, prevê um primeiro-ministro, impede os ministros de terem acções em companhias que têm negócios com o Governo, estabelece uma legislatura bicameral e garante liberdades civis básicas para os omanenses.

Este documento estabeleceu as estruturas constitucionais de Omã e comprometeu o sultão no reforço do sistema consultivo. Assim, em 1998, o sultão anunciou que em 2000 teriam lugar as primeiras eleições para a Majlis al-Shura, ficando estipulado que a partir de então seria sempre assim.

Em termos legislativos o sistema bicameral Majlis Omã encontra-se dividido em:

- Majlis ad-Dowla – corresponde ao Conselho de Estado. Desde 2000 é constituído por quarenta e oito membros nomeados pelo sultão, incluindo cinco mulheres. Tem o poder para rever a legislação sobre cultura, educação, assuntos económicos e sociais e planos de desenvolvimento do Governo.

- Majlis ash-Shura – instituído, no início dos anos 90, pelo sultão; desde Setembro de 2000, os omanenses (homens e mulheres) passaram a eleger por sufrágio directo e universal os candidatos, incluindo mulheres. A 4 de Outubro de 2003, cerca de 190 mil pessoas (74 por cento das quais estavam recenseadas) participaram na quinta eleição dos oitenta e três membros. Duas mulheres foram eleitas. Não obstante o sufrágio ser directo e universal, é ao monarca que compete a selecção final e ele pode não aceitar o resultado das eleições. Esta câmara tem alguns poderes que lhe permitem fazer propostas legislativas; em relação a outras matérias apenas dispõe de poderes consultivos.

O Conselho de Ministros, que funciona como um gabinete ministerial, é constituído por vinte e seis ministros, todos nomeados directamente pelo sultão. O Conselho Consultivo – Majlis Al-Shura – tem o mandato para rever a legislação que diga respeito às áreas do desenvolvimento económico e dos serviços sociais, antes de se tornar em Lei, bem como o poder de chamar perante si os ministros.

Em relação aos direitos políticos das mulheres omanenses, há que destacar a nomeação pelo sultão Qaboos, em Março de 2003, de uma mulher como chefe da Autoridade Pública para o Artesanato, equivalente ao posto de ministro, o que confirma as medidas introduzidas em 1994 que tornaram o sultanato no primeiro país do CCG a acordar com as mulheres a possibilidade de estas votarem e de se apresentarem às eleições municipais.

Na sequência do 11 de Setembro, o governo de Omã deu um apoio a todos os níveis impressionante à coligação antiterrorista liderada pelos EUA. Omã assinou praticamente todos os tratados antiterrorismo celebrados sob a égide das Nações Unidas.

O programa de modernização extensiva abriu o país ao mundo exterior e preservou uma relação antiga e o entendimento político e militar com a Grã-Bretanha. A política externa moderada e independente de Omã tem-lhe permitido manter boas relações com todos os países do Médio Oriente.

Entre Junho e Dezembro de 1997, o sultão Qaboos bin Said Al Said promulgou o primeiro Código do Estatuto Pessoal, fixando os direitos e deveres dos indivíduos perante a sociedade.

Apesar de uma aparente inércia, Omã tem vindo a transformar-se. O segredo radica na forma rápida e frontal como os dirigentes omanenses têm sabido evitar potenciais obstáculos. A pacificação pela força e pela via diplomática das regiões, a ausência de um discurso radical entre os meios religiosos, são, sem dúvida, factores que permitem a Omã manter-se fora do teatro de operações da Al-Qaida.

Noutra frente, Omã terá tido o mérito de antecipar um grave problema face ao qual as outras monarquias vizinhas têm de fazer frente – a dependência da mão-de-obra estrangeira. Assim, Omã lançou um plano quinquenal destinado a reduzir a dependência em relação à mão-de-obra estrangeira (um quarto da população de dois milhões de habitantes estrangeiros) oferecendo mais emprego aos seus nacionais.

Apesar de o sultão ter poderes totalitários, ele goza da aceitação da maior parte dos omanenses; ao longo de mais de trinta anos de governo, o sultão conseguiu melhorar em muito a situação do país. O caminho para as reformas está a ser feito de forma gradual. O sistema governamental está a desenvolver-se no sentido da democracia e a Majlis al-Shura já começou a marcha em direcção a um parlamento eleito com poderes legislativos.

CONCLUSÕES

Na alvorada do século XXI, verifica-se que as pequenas monarquias do petróleo estão a ser palco da introdução de reformas, embora o estejam a fazer segundo ritmos e modalidades diferentes.

Com as novas reformas em andamento e com sinais de um dinamismo político renovado em toda a Península, há que considerar algumas implicações a médio-longo prazo deste processo – um modelo por excelência fundado na liderança das famílias reais do mundo árabe. Em termos de vectores políticos, uma primeira conclusão é a de que estes estados estão longe de se encontrarem politicamente estagnados, caracterizando-se por um forte dinamismo. A maior parte está convicta das virtualidades de uma participação aberta. Daí estarem a abrir os seus regimes a uma maior participação dos cidadãos. Entre os estados mais cautelosos, surge Omã, que evidentemente é mais activo em alargar a participação das mulheres na sociedade do que em experimentar a introdução de novas instituições.

Uma segunda conclusão é que apenas no mundo islâmico foi possível os estados conseguirem manter e gerir alguns dos seus traços políticos tradicionais, enquanto se adaptavam às forças da modernização.

Em terceiro lugar, coloca-se a questão de saber como é que a pletera de reformas descritas afecta a participação política nas «petromonarquias», bem como a relação entre as elites tradicionais e uma sociedade civil emergente. A surpresa nos dias de hoje é que outras «petromonarquias» mantiveram e preservaram os seus modelos tradicionais de interacção política sem exhibir sinais aparentes de implosão. Naturalmente que existem forças de resistência nestas pequenas monarquias que poderiam ter causado essa implosão. Não obstante, a verdade é que os regimes conseguiram conter essas forças.

Para além de factores de ordem política, existem razões de ordem económica que «empurram» estes estados para a adopção de reformas.

Um dos principais factores que conduziram à necessidade de aplicar este processo de reformas foi e é a «crise fiscal do Estado». Desde meados dos anos 80 que, segundo alguns autores, a descida dos preços do petróleo tem forçado os governos dos estados do CCG a pensarem em algumas opções económicas menos agradáveis – privatizações, reduções em alguns subsídios, introdução de impostos, abolição de facilidades gratuitas, reestruturação burocrática... – que tiveram, sem dúvida, consequências políticas significativas para a elite governamental e para a sua relação com uma sociedade dependente do Estado.

Há que considerar, finalmente, a questão da segurança.

Primeiramente, é bom não esquecer que após a libertação do Kuwait, em 1991, estes estados permitiram aos norte-americanos estabelecerem uma presença militar semi-permanente, dispondo de facilidades nos seus territórios com a finalidade de ajudarem

as Nações Unidas a imporem sanções ao Iraque e a conterem qualquer veleidade expansionista do regime iraniano.

Com efeito, em 1979 a revolução islâmica iraniana, a Guerra Irão-Iraque entre 1980-1988 e em 1990 a invasão iraquiana do Kuwait demonstraram a necessidade da continuação da presença militar norte-

A REVOLUÇÃO ISLÂMICA IRANIANA,
A GUERRA IRÃO-IRAQUE ENTRE 1980-1988
E EM 1990 A INVASÃO IRAQUIANA DO KUWAIT
DEMONSTRARAM A NECESSIDADE
DA CONTINUAÇÃO DA PRESENÇA MILITAR
NORTE-AMERICANA NAS MICRO-PETROMONARQUIAS.

-americana nas micro-petromonarquias face a uma perigosa vizinhança. Os EUA dispõem de bases militares no Barém, no Catar, nos EAU, no Kuwait e em Omã.

Apesar da queda do regime de Saddam Hussein, os estados do Golfo continuam a temer o Irão. Não obstante gastarem elevadas somas em moderno equipamento militar, a eficácia dos seus exércitos permanece duvidosa; sozinhos, poucas hipóteses terão de conter um ataque do Irão, o qual tem a maior força convencional da região. Daí aceitarem a presença contínua dos EUA no seu território.

Em segundo lugar, há que considerar a questão dos ataques aos EUA a 11 de Setembro, questão sobre a qual ainda não existe maneira de prever todas as repercussões na região. Tem sido avançado que este evento poderá encorajar as «petromonarquias» invocarem o pretexto da «ameaça islamita» para voltarem atrás nas reformas políticas prometidas.

O facto é que se eclodir um conflito entre o Islão e o Ocidente, com a Arábia Saudita a ser obrigada a desempenhar um papel central, a opinião pública de toda a região poderá colocar os elementos mais liberais das famílias reinantes na defensiva, pressionando-as para denunciarem as reformas pró-ocidentais. Continua por verificar se será este o caso. Existe, todavia, um cenário alternativo que pode ser traçado, segundo o qual os líderes das «petromonarquias» usarão os ataques terroristas como uma oportunidade para alargar a sua base de poder interno, limitando a influência política das «tribos» e dos islamitas e impulsionando as reformas em ambas as frentes: política e económica. Tanto o Barém como o Catar dão sinais evidentes de se enquadrarem neste segundo cenário, dado que o processo das suas reformas se acelerou desde o 11 de Setembro.

No entanto, existem ainda muitos problemas a ultrapassar. Por exemplo, a necessidade de tornar a governança mais clara, o facto de o poder continuar nas mãos de grupos familiares que dominam as estruturas do Estado. Com efeito, verifica-se a ausência de estruturas decisórias exteriores ao círculo dos líderes, a ausência de partidos políticos, um governo e uma elite governante responsável capazes de esclarecer a população, transparência nos trabalhos do governo e das suas agências, conselhos da Shura mais poderosos, uma efectiva estrutura legal para os direitos, liberdade de imprensa e condições conducentes à circulação livre de ideias; em suma, estas sociedades permanecem ainda longe do caminho democrático ou pluralista.

Contudo, há que reter que as eleições continuam a ganhar cada vez mais importância como o meio mais efectivo de definir prioridades e fomentar verdadeiras transformações na relação Estado-sociedade.

Como processo, a reforma está na agenda destes países apesar de evoluir ao ritmo de cada um. Naturalmente, esse processo não será feito de um dia para o outro, levará o seu tempo. As reformas destes microestados estão a ser feitas a partir do topo, o que será, muito provavelmente, preferível a uma revolução violenta vinda de baixo. ^{RI}

NOTAS

* Uma versão mais desenvolvida deste texto foi publicada em *Informação Internacional. Análise Económica e Política*, 2004 Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento, 2005, vol. II, pp. 329-405

1 Anoushiravan Ehteshami. «Reform from above: the politics of participation in the oil monarchies». In *International Affairs*, 79, 1, Janeiro de 2003, pp. 53-75.

2 Indicadores associados à «boa governança»: transparência, responsabilidade, abstenção de corrupção e de nepotismo, *policy-making* racional e justa; ao lado de eficiência e responsabilidade no sector público; presença de um sistema judicial independente, operando sem prejudicar, sem privacidade de leis e liberdade de informação; desabrochar de instituições da sociedade civil e um sistema económico no trilha do Estado de bem-estar.

3 A seita sunita predomina nas áreas urbanas e a xiita nas áreas rurais.

4 Actualmente, os EUA mantêm no Barém a sua maior base naval da região.

5 A Constituição fala sobre a transparência, a *accountability*, justiça, igualdade entre mulheres e homens e entre grupos étnicos e religiosos, igualdade de oportunidades, respeito pelos direitos humanos, estabelecimento de um poder judicial independente e a introdução de um parlamento bicamaral.

6 Dos 177 candidatos, oito eram mulheres.

7 Em 40 deputados eleitos para o Parlamento, 27 são sunitas e 13 xiitas, um é islâmico independente e dois são islâmicos xiitas.

8 Em Fevereiro de 2003, o rei xeque Hamad bin Isa al-Khalifa visitou oficialmente os EUA.

9 Os membros do Conselho Consultivo são nomeados.

10 Nestas eleições municipais candidataram-se 6 mulheres, mas nenhuma foi eleita.

11 96,6 por cento dos eleitores votaram a favor.

12 A base militar d'Al-Udeid acolhe 4000 soldados americanos e constitui o maior depósito de material militar americano na região.

13 O xeque Zayed bin Sultan Al Nahayan assumiu a liderança de Abu Dhabi em 1966, tornando-se em 1971 até 2 de Novembro de 2004, o Presidente dos Emirados Árabes Unidos.

14 O ibadismo é uma corrente do Islão distinta da xiita e das escolas ortodoxas sunitas. Esta corrente é conhecida pelo seu conservadorismo moderado.

BIBLIOGRAFIA

BONIFACE, Pascal – «Le Qatar se veut un modèle pour le Golfe». In *Le Monde Diplomatique*. Junho de 2004, p. 18.

COOK, Steven A., – «The right way to promote Arab Reform». In *Foreign Affairs*, 84, 2, Março-Abril de 2005, pp. 91-102.

COOKSON, Clive – «Qatar to spend \$900m on new teaching hospital». In *Financial Times*, 21 de Junho de 2004.

EHTESHAMI, Anoushiravan – «Reform from above: the politics of participation in the oil monarchies». In *International Affairs*, 79, 1, Janeiro de 2003, pp. 53-75.

FERRÓ, Marc – *O Choque do Islão – Séculos XVIII-XXI*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002.

HAI, Michel – «Corridas em terras do ouro negro». In *Público*, 23 de Outubro de 2004, p. 35.

L'ÉTAT DU MONDE – *Annuaire économique géopolitique mondial 1999*. Paris: La Découverte, 1998.

L'ÉTAT DU MONDE – *Annuaire économique géopolitique mondial 2000*. Paris: La Découverte, 1999.

L'ÉTAT DU MONDE – *Annuaire économique géopolitique mondial 2003*. Paris: La Découverte, 2002.

L'ÉTAT DU MONDE – *Annuaire économique géopolitique mondial 2004*. Paris: La Découverte, 2003.

LUCIANI, Giacomo – «Resources, revenues and authoritarianism in the Arab world: beyond the rentier state?». In Rex Brynen, Bahgat Korany & Paul Noble, eds., *Political liberalization and democratization in the Arab world: theoretical perspectives*. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1995.

NONNEMAN, Gerd – *Governance, human rights and the case for political adaptation in the Gulf: issues in the EU-GCC political dialogue*. Policy paper 3, Badia Fiesolana: European University Institute, 2001.

PUTFIN, Marie-Sophie; BELZACQ, Romuald; MIOTTO, Frédéric – *Nouvel Atlas Mondial Gis-*

serat. Col. «Les Atlas Gisserot», ed. Gisserot, França: 2004.

SANTOS, Loureiro dos, *Convulsões – Ano III da «Guerra» ao Terrorismo*. 2.^a ed. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2004.

WALLIS, William – «Qatar plans to set up regional financial services centre». In *Financial Times*, 11 de Janeiro de 2005.

WEISMAN, Steven R. – «Qatar's quest: finding a buyer for Al Jazeera». In *International Herald Tribune*, 31 de Janeiro de 2005, p. 10.

Internet
BBC News, <http://news.bbc.co.uk/>

JANE'S FOREIGN REPORT, <http://www.foreignreport.com>

OPEP, <http://www.opec.org/>

Wordiq.com, <http://www.wordiq.com/definition>

ZONAS LIVRES, http://www.uaefreezones.com/real_estate_dubai.html